



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

## GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, <http://www.seduc.pi.gov.br>

Processo nº 00011.051788/2024-79

Teresina-PI, 08 de outubro de 2024

ANEXO ITERMO DE REFERÊNCIA

## • INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: [00011.051788/2024-79](#)

Área Requisitante	Responsável
UETEP - Unidade de Educação Técnica e Profissional	Adriana de Moura Silva - Diretora da UETEP
UEJA - Unidade de Educação de Jovens e Adultos	Amílcar Ximenes Albuquerque Junior - Diretor UEJA

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. O presente documento tem por objeto a realização de **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma Eletrônica, visando futuras e eventuais aquisições de **equipamentos de sistema de posicionamento global, popularmente conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System)** conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas neste termo. O procedimento será conduzido em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual nº 21.872/2023, e o Decreto Estadual nº 21.938/2023.
- 1.2. O objeto cuja licitação ora se solicita possui natureza de **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 181 do Decreto Estadual nº 21.872/23.
- 1.4. O planejamento da contratação resultante do procedimento licitatório será realizado por meio do gerenciamento de ata de registro de preços, conforme **art. 4º do Decreto Estadual nº 21.938/2023** e do **art. 40 da Lei 14.133/2021**.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

## 2.1. Motivação

Segundo o Filósofo Sêneca: "A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida." Tal afirmativa denota a importância da educação e seu impacto no futuro da sociedade. A assertividade dessa afirmativa, se tomada em seu sentido mais amplo, ainda é válida e central na atualidade. A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º assegura a educação como um direito social e em seu artigo 205 assegura que esse direito deve alcançar a todos sendo ainda mais, um verdadeiro dever do estado.

Há que se mencionar aqui que os programas de educação, com alcance e estrutura para gerar impacto na vida das pessoas, e enquanto política pública, é meio de alcançar índices maiores do **IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**, cujo **compara indicadores de países** nos itens riqueza, **alfabetização, educação**, esperança de vida, natalidade e outros, **com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população**. Dessa forma o crescimento de um país no referido ranking implica diretamente na melhoria da qualidade de vida da sua população e na redução das desigualdades sociais, sendo a educação de qualidade imprescindível para a formação de um bom profissional no futuro, e motivo de crescimento para o país, uma vez que contará com uma mão de obra qualificada que permitirá até mesmo o crescimento da economia.

Crescer no ranking também é reflexo de respeito à dignidade da pessoa humana, verdadeiro **fundamento da República Federativa do Brasil** claramente expostos no artigo 1º, bem como a soberania, **a cidadania, os valores sociais do trabalho** e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

Com esse objetivo, o Governo do Piauí lançou, em abril de 2023, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o "Plano Piauí 2030", cuja finalidade é contribuir para que o estado cumpra a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos próximos sete anos.

O Plano Piauí 2030 norteou o ciclo atual e norteará o próximo ciclo do Plano Plurianual (PPA) do estado tendo como meta atingir Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto (0,800) em 2030 - já que na ocasião do lançamento o IDH do Piauí era 0,713, o terceiro menor no ranking nacional.

Por meio da Secretaria de Educação através do Plano de Aquisição e Contratações, o eixo "Educação Inclusiva e de Qualidade", tendo como incitação a garantia do acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, o de melhoria da qualidade do ensino, e em busca de ampliar e aprimorar seus Cursos Técnicos de nível médio, bem como proporcionar a expansão e melhoria das condições de funcionamento nas unidades escolares ofertantes, levando em consideração tanto execução dos cursos em andamento, como a possibilidade da implantação de novos cursos, visando proporcionar ao aluno um aperfeiçoamento teórico e prático de qualidade, numa perspectiva de que uma Educação Técnica e Profissional bem desenvolvida prepara ainda mais o aluno para o mundo do mercado de trabalho.

As metas do Piauí estipuladas no Plano Piauí 2030 - Eixo 4 - Redução das Desigualdades disponível no Programa de Educação Profissional, prevê:

- Escolas com instalações físicas adequadas, com ambientes seguros, inclusivos e não violentos.

- **Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional no Ensino Médio.**
- **Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de Nível Médio assegurando a qualidade da oferta.**
- Percentual de egressos dos cursos da educação profissional integrados nos mercados de trabalho e/ou empreendendo; percentual de egressos dos cursos da educação profissional que ingressaram em curso de Nível Superior.
- Tem como objetivos: **Promover a expansão e a formação de qualidade de jovens e adultos em educação profissional e tecnológica, no Ensino Médio, que contribua no desenvolvimento de capacidades para aumento do empreendedorismo e geração de renda em todo o Estado do Piauí.**

O avanço no ranking também reflete o respeito à dignidade da pessoa humana, um dos **fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil**, conforme explicitado no artigo 1º, assim como o é a **soberania, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político**. Adicionalmente, a educação de qualidade é imprescindível para a formação de profissionais capacitados no futuro, pois espera-se que ele seja um impulsionador do crescimento para o país, uma vez que, contará com uma mão de obra qualificada que permitirá seu crescimento econômico.

Ademais, o governo lançou o programa **Acelera Seduc** cujo objetivo é o avanço da Educação do Piauí ao executar programas de fortalecimento das ações educacionais. Tal programa inclui os projetos “Ser Integral faz Diferença”, “Recomposição da Aprendizagem” e “Seduc Tec”. O **Seduc Tec** propõe a expansão do ensino profissional, técnico e tecnológico e consiste na formação técnica de nível médio.

Há ainda no estado o programa **EJA TEC** que é o Programa de Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação de Jovens e Adultos, cujo é voltado aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa e que também poderão ser contemplados com a formação técnica e segundo o governo, "em 2024, vão ser oferecidos 25 cursos técnicos, incluindo Administração, Agente Comunitário de Saúde, Análises Clínicas, Comércio, Contabilidade, Controle Ambiental, Energias Renováveis, Enfermagem, Farmácia, Finanças, Gastronomia, Informática, Informática para Internet, Logística, Manutenção Automotiva, Marketing Digital, Pesca com ênfase em processamento de pescados, Porto, Recursos Humanos, Saúde Bucal, Secretariado, Segurança do Trabalho, Turismo, Vendas e Zootecnia."

Conectando os territórios de desenvolvimento e suas potencialidades e a aquisição aqui proposta, ressaltamos que o Piauí vem se tornando cada vez mais um destaque na exploração mineral com as frequentes descobertas de valiosas fontes de produção mineral e jazidas existentes em abundância em nosso solo.

A exploração dos minerais, no entanto precisa ser realizada de maneira consciente e sustentável de forma a assegurar a vitalidade do meio ambiente e sua conservação.

É inquestionável que a mineração possui em uma relação direta com o desmatamento, uma vez que as áreas exploradas precisam de acesso facilitado para a movimentação de máquinas pesadas e pessoal. Nesse sentido, o controle ambiental é indispensável a fim de controlar os desmatamentos e impedir situações como a que tem ocorrido em Buriticupu no Maranhão, com a voçoroca.

Em meio a tudo isso, a topografia é a ciência base que proporciona precisão não somente no controle do desmatamento, como também na elaboração de mapas mais precisos que viabilizam uma exploração mineral mais efetiva, sem que se precise fazer escavações desnecessárias e que afetariam ainda mais os solos.

Assim, a implementação de tais laboratórios e a aquisição aqui proposta é meio de assegurar a sustentabilidade ambiental que tanto tem sido defendida atualmente, e ainda um meio adequado, sustentável e eficiente de proteger a integridade do estado em si.

A necessidade da aquisição pela administração pública, dos itens constantes neste ETP, fundamenta-se no comprometimento e obrigação do Governo do Estado em disponibilizar ao aluno uma educação de qualidade através de uma escola moderna, com uma estrutura e equipamentos que promovam maior qualificação e desenvolvimento do ensino, tendo em vista a continuidade e expansão da oferta de educação profissional e técnica no âmbito da rede estadual de ensino ofertados pela SEDUC.

## 2.2. Da Solução Escolhida

No processo de desenvolvimento do Estudo Técnico Preliminar, foram analisadas as alternativas possíveis, com o intuito de adotar a melhor solução para suprir a necessidade aqui apresentada. Considerando os princípios da eficiência e economicidade e zelando pela boa alocação dos recursos públicos, a fim de alcançar a alternativa mais vantajosa do ponto de vista econômico e eficaz em sua finalidade pública.

**A solução adotada consiste na aquisição dos itens de GPS comuns aos laboratórios de Topografia, Mineração e Controle Ambiental, por meio de procedimento licitatório unificado**, o qual se configura econômica e tecnicamente viável. Tal medida visa atender integralmente às demandas estabelecidas, considerando aspectos relevantes que motivaram a consolidação dos processos de aquisição.

O modelo para o planejamento da contratação após a fase da licitação será o de gerenciamento de ata de registro de preços com base no **art. 4º, II do Decreto Estadual n. 21.938, de 28 de março de 2023**, sendo justificado a utilização do Sistema de Registro de Preços Setorial em vista da flexibilidade desta modalidade de contratação, visando atendimento das demandas previamente levantadas/identificadas e eventuais demandas extras além da conveniência da aquisição de bens com a possibilidade de entregas parceladas.

## 2.3 Do quantitativo

O quantitativo total da demanda foi estabelecido pela Unidade de Educação Técnica e Profissionalizantes - UETEP em conjunto com a Unidade de Educação de Jovens e Adultos - UEJA, com base nas necessidades da aparelhagem dos laboratórios em questão e que serão beneficiados, a qual elencou o material necessário, bem como seus respectivos quantitativos, conforme **tabela 01 do item 03**.

## 2.4 Resultados e benefícios a serem alcançados

- **Benefício/Resultado imediatos:** Melhora na qualificação ofertada aos inicialmente 1.741 alunos matriculados nos cursos de Mineração, Topografia e Controle Ambiental;
- **Ampliação da rede de ensino técnico e profissionalizante:** A aparelhagem de 44 laboratórios de Mineração, Topografia e Controle Ambiental, permite a rede de ensino estadual expandir a oferta de educação, com a consequente formação de um maior número de alunos;
- **Preparação para o mercado de trabalho:** Com a aparelhagem dos referidos laboratórios, a rede de educação estadual passará a ofertar o ensino prático em sua grade de ensino, consequentemente essa oferta contribuirá com a formação de profissionais mais preparados para o mercado de trabalho;
- **Assistência a Municípios:** Os municípios limítrofes e adjacentes poderão contar com a assistência das ações desenvolvida nos laboratórios, propiciando maior produtividade e lucratividade.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Conforme indicado nos Estudos Técnicos Preliminares, a solução que atende aos requisitos estabelecidos consiste na **aquisição dos aparelhos de GPS em único procedimento**, a fim de contemplar 44 (quarenta e quatro) Centros e Unidades Escolares da rede de educação Técnica e profissionalizante do Piauí e da Educação de Jovens e Adultos. Isso visa facilitar o atendimento das necessidades do setor requisitante, bem como possibilitar o cumprimento das competências da SEDUC nos termos do artigo 20 da Lei Estadual 7.884/2022.

3.2. Deve-se considerar o ciclo de vida do objeto, ou seja, sua capacidade de refletir a vantagem da solução proposta. Nesse sentido, a presente aquisição está alinhada com as necessidades da área demandante, uma vez que a solução pode satisfazer completamente as necessidades da UETEP e da UEJA no que tange a aparelhagem dos 44 (quarenta e quatro) laboratórios de Mineração, Topografia e Controle Ambiental.

3.2.1 Os itens a serem adquiridos, serão utilizados na parte prática do ensino técnico e profissionalizante, segmento esse que auxilia a consolidação do conhecimento teórico apresentado em sala de aula aos alunos.

3.2.2 Os itens de GPS, quando corretamente manuseados, e utilizados apenas para os fins a que se destinam, tem uma vida útil de inúmeros anos, podendo contribuir para formação de incontáveis turmas escolares e centenas de jovens que passarão pelas unidades de ensino beneficiadas.

3.2.3 À luz disso, os Centros e Unidades escolares, poderão aprimorar sua grade curricular, resultando na formação de profissionais mais capacitados e competentes, a fim de tornar o estado do Piauí uma referência na qualidade de ensino público e resultando no cumprimento direto de 3 eixos estratégicos do planejamento 2024 da SEDUC os quais são:

- Garantir o acesso e permanência a educação para todos;
- Melhoria da aprendizagem;
- Expandir o protagonismo do estudante para alcançar seu projeto de vida.

3.2.4 Para concluir, no que tange a fase final do ciclo de vida dos itens que compõe o objeto, é importante destacar que:

- O item objeto dessa licitação é composto por porções de plástico, material esse que tem uma vida útil relativamente longa quando bem acondicionado e é passível de reciclagem, resultando em uma produção mínima de resíduos e impactos ambientais.
- Esse item possui necessidade de uso de bateria e/ou pilhas para seu funcionamento o que poderia causar impacto ambiental, no entanto este TR prevê que o contratado providencie a disposição final ambientalmente adequada conforme estabelece o artigo 33 da Lei 12.305/2010 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.3. As especificações técnicas do objeto encontram-se dispostos na tabela abaixo:

**TABELA 01**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

ITENS DE GPS PARA OS LABORATÓRIOS DE TOPOGRAFIA, MINERAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	LABORATÓRIO	QUANTIDADE DE LABORATÓRIOS	QUANTIDADE TOTAL DO ITEM POR LABORATÓRIO	QUANTIDADE TOTAL DO ITEM	UNIDADE
1	<b>SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO</b> Tipo: Portátil Sistema de Satélite: no mínimo Glonass, Galileo, GPS Tela: Digital a cores Tipo de ecrã: Transflectivo e monocromático <u>Tamanho Mínimo da Tela: 2 polegadas</u> <u>Memória Mínima: 4 GB, expansível</u> Resolução: 240 x 320 pixels px Dimensões Físicas: (6,1 x 16,0 x 3,6 cm) (20 x 13 x 13,5 cm) (7,0x14,3x3,6 cm) Peso entre: 217 a 270 g Vida útil da bateria no mínimo: 20 horas no modo GPS com 2 baterias AA Características Adicionais: - À prova d'água - cabo USB, - antena, - bússola 3 eixos - 01 cartão de memória microSD - Mapas pré carregados - suporte de satélite GNSS alargado. - Tela com capacidade de leitura em intensidade de luz solar - Pontos de passagem mínimo: 800 - Rotas mínimo: 50 - Rastrea mínimo: 10.000 pontos - Trilhas salvas mínimo: 90 - Classificação de resistência à água: IPX7 (água 1,5m) ou IP67 (água e poeira) - Receptor de alta sensibilidade - Realizar cálculo de área - Possuir Altímetro Barométrico - Possuir Bússola Eletrônica  <b>CATMAT 602165</b>	TOPOGRAFIA	11	55	303	UND
		MINERAÇÃO	04	16		
		CONTROLE AMBIENTAL	29	232		

3.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra-se devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar.

#### 4. PARCELAMENTO DO OBJETO

##### 4.1 Parcelamento por item

Em consonância com o princípio do parcelamento, esta aquisição será dividida em itens, o que é tecnicamente viável, promove a ampliação da competição, contribuindo para mitigar a concentração de mercado, além de amplificar a probabilidade da contratação de todos os itens solicitados pelo setor requisitante, conforme estabelecido pelo artigo 40, inciso V alínea "b" e artigo 40, § 2º inciso III da Lei 14.133/2021.

Sabe-se que o fracionamento em itens é a prática usual nas contratações públicas quando tecnicamente factível, a luz disso, vejamos e entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União:

**SÚMULA TCU 247:** É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Portanto, conclui-se que o parcelamento por item é a prática elementar na licitações públicas, ao passo que o Tribunal de Contas da União corrobora com tal em entendimento conforme súmula já destacada. Diante disso, o presente procedimento licitatório ocorrerá por divisão em itens.

##### 4.2 Tratamento Diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

Na realização deste procedimento licitatório, será respeitado o disposto na Lei Complementar 123/2006, cuja estabelece que os itens cujos valores estimados sejam de **até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, deverão ser destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do artigo 4º da Lei 14.133/2021 e artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006. E para os itens cujos valores estimados **ultrapassem os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** será estabelecida cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto **para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte**, na forma do artigo 4º da Lei 14.133/2021 e Art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

No presente caso, aplicando o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, haverá a separação em dois lotes do mesmo item, no qual o lote 01 se destinará à ampla concorrência e o lote 02 será destinado a cota reservada para Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte.

A referida medida decorre da obrigação de proporcionar tratamento diferenciado e simplificado a essas categorias empresariais, visando promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito municipal e regional, bem como aprimorar a eficiência das políticas públicas e estimular a inovação tecnológica. Essa medida se mostra necessária, não só para cumprir a legislação específica já destacada, bem como para assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição nos termos do artigo 11, II da Lei 14.133/2021.

Dessa forma, a divisão da licitação se dará conforme estabelecido na tabela abaixo:

**TABELA 02**

ITENS DE GPS CONFORME PARTICIPAÇÃO AMPLA E/OU ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL DO ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARGEM DE REFERÊNCIA
1	<b>SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO</b> <b>Tipo:</b> Portátil <b>Sistema de Satélite:</b> GPS, Glonass ou Galileo. Tela: Digital a cores Tipo de ecrã: Transflectivo e monocromático <u>Tamanho Mínimo da Tela: 2 polegadas</u> <u>Memória Mínima: 4 GB, expansível</u> Resolução: 240 x 320 pixels px Dimensões Físicas: (6,1 x 16,0 x 3,6 cm) (20 x 13 x 13,5 cm) (7,0x14,3x3,6 cm) Peso entre: 217 a 270 g Vida útil da bateria no mínimo: 20 horas no modo GPS com 2 baterias AA Características Adicionais: - À prova d'água - cabo USB, - antena, - bússola 3 eixos - 01 cartão de memória microSD - Mapas pré carregados - suporte de satélite GNSS alargado. - Tela com capacidade de leitura em intensidade de luz solar - Pontos de passagem mínimo: 800 - Rotas mínimo: 50 - Rastreia mínimo: 10.000 pontos - Trilhas salvas mínimo: 90 - Classificação de resistência à água: IPX7 (água 1,5m) ou IP67 (água e poeira) - Receptor de alta sensibilidade - Realizar cálculo de área - Possuir Altimetro Barométrico - Possuir Bússola Eletrônica  <b>CATMAT 602165</b>	228 und.	R\$ 2.834,73	R\$ 646.318,44	<b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b> <b>75%</b>

ITENS DE GPS CONFORME PARTICIPAÇÃO AMPLA E/OU ME E EPP					
2	<b>SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO</b> <b>Tipo:</b> Portátil <b>Sistema de Satélite:</b> GPS, Glonass ou Galileo. Tela: Digital a cores Tipo de ecrã: Transflectivo e monocromático <u>Tamanho Mínimo da Tela: 2 polegadas</u> <u>Memória Mínima: 4 GB, expansível</u> Resolução: 240 x 320 pixels px Dimensões Físicas: (6,1 x 16,0 x 3,6 cm) (20 x 13 x 13,5 cm) (7,0x14,3x3,6 cm) Peso entre: 217 a 270 g Vida útil da bateria no mínimo: 20 horas no modo GPS com 2 baterias AA Características Adicionais: - À prova d'água - cabo USB, - antena, - bússola 3 eixos - 01 cartão de memória microSD - Mapas pré carregados - suporte de satélite GNSS alargado. - Tela com capacidade de leitura em intensidade de luz solar - Pontos de passagem mínimo: 800 - Rotas mínimo: 50 - Rastreia mínimo: 10.000 pontos - Trilhas salvas mínimo: 90 - Classificação de resistência à água: IPX7 (água 1,5m) ou IP67 (água e poeira) - Receptor de alta sensibilidade - Realizar cálculo de área - Possuir Altímetro Barométrico - Possuir Bússola Eletrônica  <b>CATMAT 602165</b>	75 und.	R\$ 2.834,73	R\$ 212.604,75	<b>COTA RESERVADA ME E EPP 25%</b>
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 858.923,19</b>	

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Do Fornecimento

5.1.1 Os produtos devem ser fornecidos em perfeitas condições (produtos novos, de primeiro uso, não remanufaturados) conforme as especificações contidas na **TABELA 02 DO ITEM 4.2** deste Termo de Referência, no local designado, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

5.1.2 O CONTRATADO deve fornecer os itens **em estreita observância as quantidades da TABELA 02 DO ITEM 4.2** deste Termo de Referência

5.1.3 No fornecimento dos itens objeto desta contratação, devem ser observados os requisitos de contratação descritos no **item 09** deste instrumento.

5.1.4 Os itens fornecidos deverão se enquadrar aos padrões técnicos de qualidade, segurança e eficiência, podendo a CONTRATANTE exigir comprovações de tal enquadramento.

5.1.5 Os produtos que tenham prazo de validade determinada devem ser fornecidos com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do dia da entrega no órgão, quando não especificada no termo de referência, ou conforme prazo do fabricante.

### 5.2 Da Entrega

5.2.1 O prazo de entrega será de **30 (trinta) dias**, a partir da emissão da **nota de empenho**.

5.2.2 A carga, o transporte, a descarga e a entrega dos itens que integram o objeto deste Termo, são de inteira responsabilidade do fornecedor.

5.2.3 Os itens integrantes do objeto contratado deverão ser entregues juntamente com as respectivas notas fiscais, de **segunda a sexta-feira no horário de 7h30min às 13h30min, no Almoxarifado da SEDUC, localizado na Rua Gibraltar nº32, Bairro Dirceu I, Teresina - PI**

5.2.3.1 O responsável pelo setor de Almoxarifado e patrimônio da SEDUC/PI receberá os bens objeto deste Termo de Referência, atestará e fiscalizará a qualidade dos itens entregues.

5.2.4 Os produtos, devem ser acondicionados em embalagem adequada, de forma a garantir a máxima proteção durante a carga, transporte, descarga e o armazenamento.

5.2.4.1 Em se tratando de itens frágeis, os mesmos devem ser acondicionados em embalagens devidamente acolchoadas afim de evitar qualquer dano ou avaria no momento da carga, transporte, descarga e armazenagem;

5.2.4.2 Devem constar do lado externo de cada embalagem rótulos de fácil leitura com identificação do fabricante e do fornecedor, código do produto e orientações sobre manuseio, transporte e armazenagem;

5.2.4.3 Em se tratando de itens elétricos que compõe o objeto, os mesmos deverão ser devidamente acondicionados em embalagens que impeçam a entrada de água, umidade ou qualquer outro elemento, que possa danificar ou inutilizar o item.

5.2.5 Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, a parte contratada deve informar imediatamente à SEDUC/PI através dos canais de comunicação disponibilizados, como e-mail ou telefone. Esta comunicação deve ser feita com até **24 horas** de antecedência à data de entrega estipulada. A contratada deverá explicar os motivos que impedem o cumprimento do prazo inicialmente previsto, fornecendo a documentação adequada para comprovação. Neste caso, o prazo de entrega poderá ser prorrogado por até **10 (dez) dias**, a contar do término do prazo original.

5.2.5.1 Em caso de ocorrência de eventos naturais não rotineiros e que venham a impedir a entrega, tais como pandemia com decretação de lockdown, desastres ambientais que venham a prejudicar as vias de acesso ao local de entrega, poderá a administração suspender a execução do serviço ou entrega do objeto da contratação pelo tempo em que perdurar o impedimento.

5.2.5.1.1 Sendo o caso de uso indispensável do produto ou serviço a administração poderá, a seu critério, disponibilizar novas rotas de acesso ou meios de entrega com o uso de transportes do governo, como caminhões, tratores, helicópteros ou aviões do estado ou ainda reajustar cláusulas financeiras para acrescentar o uso de frete especial que possa efetivamente assegurar a entrega.

### 5.3 Do Recebimento

5.3.1 Os bens serão recebidos provisoriamente **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de entrega do objeto e sua respectiva nota fiscal, pelo(a) responsável designado para acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.3.2 Fica assegurado à SEDUC o direito de rejeitar os itens entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência. Nesse caso, o fornecedor é obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas. Todos os custos relacionados à substituição ou reparo serão de responsabilidade do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.2.1 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais.

5.3.3. O aceite ou aprovação dos Insumos pela SEDUC não exclui a responsabilidade civil nem a ético profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade, bem como disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação, as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

5.3.4 O recebimento definitivo deverá ser efetuado **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, desde que atendidas as condições estipuladas a seguir:

- a) os produtos deverão ser entregues acompanhados da (s) respectiva (s) Nota (s) Fiscal (is) e da (s) Autorização (ões) de Fornecimento, as quais deverão discriminar os produtos, quantidades, marcas, preços unitários e totais;
- b) compatibilidade dos itens entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) o Contratado deverá entregar os produtos conforme demanda definida pela Contratante.

5.3.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.3.4 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

## 6. VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

### 6.1. Valor total estimado para contratação

6.1. O valor total estimado para a contratação foi de **R\$ 858.923,19 (oitocentos e cinquenta e oito mil novecentos e vinte e três reais e dezenove centavos)**.

### 6.2. Parâmetros utilizados para a obtenção de preços e respectivos cálculos

6.2.1 Durante o planejamento deste processo de contratação, foi conduzida uma extensa **pesquisa de mercado**, pautada nos princípios da eficiência e economicidade, com o objetivo de assegurar a alocação responsável dos recursos públicos. Esse procedimento visou alcançar a solução mais vantajosa tanto do ponto de vista econômico quanto em termos de eficácia para seu propósito, conforme evidenciado pelo **Parecer e Mapa de Preços**.

6.2.2 As pesquisas de mercado seguiram as diretrizes do **art. 4º da Instrução Normativa nº 001/2021** da Controladoria do Estado do Piauí, que estabelece os procedimentos técnico-operacionais para a realização de pesquisa de preços nos processos de contratação no âmbito da administração pública estadual. Desse modo, o valor estimado para a contratação foi determinado utilizando a mediana dos dados pesquisados, com pelo menos três preços válidos obtidos em bancos de dados públicos. Além disso, foram consideradas as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as particularidades do local de execução do objeto, seguindo a seguinte ordem de prioridade:

I - Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive, quando necessitar composição de preço por custos unitários, na seguinte ordem de prioridade:

1. órgãos ou entidades da administração direta ou indireta sediados no Estado do Piauí;
2. órgãos ou entidades da administração direta ou indireta sediados na região Nordeste;
3. órgãos ou entidades da administração direta ou indireta sediados em outros estados da federação ou no Distrito Federal;

II - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

III - Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

IV - Pesquisa em base oficial de notas fiscais eletrônicas.

### 6.3. Classificação Orçamentária da despesa

6.3.1. As despesas relacionadas a esta contratação serão arcadas com recursos específicos previstos no Orçamento do Estado do Piauí ou de Transferência Voluntária.

## 7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

7.1 A contratação será efetuada por meio de procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO, para REGISTRO DE PREÇOS realizado de forma eletrônica**, adotando o critério de julgamento **MENOR PREÇO**, modo de disputa **aberto e fechado**, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 21.872/2023 e Decreto Estadual nº 21.938/2023.

7.2 O objeto da licitação solicitada é composto por itens de bens de uso permanente de laboratório cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado, o que os classifica como **bens comuns** conforme o Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Conforme estabelecido pela mesma legislação, o Art. 6º, inciso XLI, determina que o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens comuns. Além disso, o Art. 29 reforça que o pregão deve ser adotado sempre que o objeto em questão possuir critérios de desempenho e qualidade que possam

ser claramente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.

7.4 No que diz respeito ao **Critério de Julgamento**, conforme destacado pelo art. 83, inciso I, do Decreto Estadual nº 21.872/23, na modalidade pregão será obrigatoriamente adotado o de **menor preço por item**.

7.5 Desse modo, considerando que o objeto a ser contratado se enquadra na categoria de bem comum, a modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo menor preço, é a mais adequada para a contratação em questão, conforme perfeitamente alinhado com a legislação mencionada anteriormente.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Critérios de aceitação da proposta

8.1.1 A **proposta deverá ser acompanhada de catálogos e/ou de manuais**, com a descrição clara, precisa e detalhada do objeto por meio de descrição das especificações técnicas que possam ser aferidas com base nas informações exigidas deste instrumento, **sob pena de desclassificação**.

8.1.2. Os requisitos que deverão constar na proposta de preços são:

- a) Ser redigida em língua portuguesa e assinada representante legal da licitante;
- b) Não apresentar rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos e entrelinhas, deixando claro a inexistência de proposta alternativa;
- c) Conter dados do licitante: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente;
- d) Indicar nome do representante legal (sócio administrador ou procurador habilitado), juntamente com a documentação pessoal (RG/CPF) e endereço;
- e) Descrever as especificações técnicas do objeto, com apresentação de marca, modelo, quantidades, valores unitários e totais;
- f) Apresentar prazo de validade e condições de garantia de fornecimento do objeto;
- g) Declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.1.3. Os **catálogos e/ou manuais** deverão estar na versão em língua portuguesa, que demonstrem as especificações técnicas do objeto, como marca, modelo, fabricante, procedência, natureza dos materiais, componentes, dimensões, modelos, funcionalidades e imagens ou desenhos de estruturas, conforme estabelecido no Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor.

8.1.4. Não serão admitidos catálogos em língua inglesa, espanhol, francês ou ainda catálogos em línguas, alfabetos ou ideogramas diferentes do alfabeto latino do padrão ISO, **sob pena de desclassificação**.

8.1.5. Os valores apresentados na proposta deverão estar em moeda nacional (Reais - R\$) em algarismo, com duas casas decimais.

8.1.6. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, não ultrapassando os valores máximos estabelecidos por este instrumento.

8.1.7. Após o final da etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta readequada de preços, em arquivo único, no prazo fixado em edital.

8.1.8. A proposta comercial terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública.

8.1.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições estabelecidas neste instrumento.

### 8.2. Habilitação

8.2.1. As exigências de **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista** são padrão para a generalidade dos objetos licitados e estão devidamente regulamentadas no **edital**, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

### 8.3. Qualificação econômico-financeira

8.3.1. Os Critérios de qualificação econômico-financeira que o fornecedor deve atender estão especificados no **edital**.

### 8.4. Capacitação técnica

8.4.1. O fornecedor deverá atender aos seguintes critérios de qualificação técnica:

8.4.1.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.4.1.2 A parcela de relevância para a comprovação técnica da licitante será de **10% (dez por cento)** do quantitativo total do(s) lote(s) de participação.

8.4.1.3 Os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: nome do emissor do atestado, indicação do endereço, do CNPJ, descrição dos serviços executados, quantidade, valor, local e período execução.

8.4.1.4 A licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado o fornecimento do objeto ou de características similares iguais ou superior, sendo compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência.

8.4.1.5 A licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo acima citado.

8.4.1.6 Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.

8.4.1.7 A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito se faz necessário para resguardar a Administração Pública no sentido de garantir a execução do contrato e, conseqüentemente, atender as demandas da SEDUC-PI e tal exigência não compromete a competitividade do certame.

8.4.1.8 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

### 8.5 Da Subcontratação

8.5.1. Considerando o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento e observando a determinação do art. 36, XXIII, do Decreto estadual nº 21.872/23, tem-se que:

8.5.1.1. O objeto esta contratação, cujas especificações e características estão elencadas no ETP e neste Termo de Referência, trata-se de aquisição de bens comuns, de valor pouco expressivo, disponibilizados pelos fabricantes por meio de condições de comercialização usuais de mercado, sem

peculiaridades significativas ou complexidade na execução contratual. Portanto, com base nessas considerações, conclui-se que o dimensionamento do objeto é adequado para permitir que licitantes, de forma individual, possam participar e cumprir integralmente as exigências estabelecidas para a prestação do serviço. Desse modo, compreende-se que empresas especializadas no setor, atuando de forma independente, possuem as condições necessárias, incluindo capacitação e aptidão técnica, para executar satisfatoriamente o objeto. Por estes motivos, fica **vedada a subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado**.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 9.1 Requisitos do Objeto

9.1.1 A CONTRATADA deverá fornecer os itens integrantes do objeto em conformidade com as especificações estabelecidas neste **Termo de Referência**, e ainda:

9.1.1.1 Os produtos que por sua condição contiver certificações e normatizações estabelecidas pelos órgãos regulamentadores, poderão ter sua comprovação exigida.

9.1.1.2 Os itens elétricos que fazem parte do objeto, quando dispuserem de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) deverão estar classificados com a classe de eficiência "A", vigente no período da contratação ou a mais próxima deste, caso não exista no mercado produto com tal nível de eficiência.

9.1.2 Todos os itens integrantes do objeto, devem ser fornecidos com qualidade igual, similar ou superior às especificações exigidas, para atender as demandas que ensejaram o presente certame.

9.1.3 O objeto da licitação ora pretendida abrange equipamentos indispensáveis para a instalação de **44 (quarenta e quatro) laboratórios de múltiplas especialidades**. Dito isto, faz-se necessário estabelecer mecanismos claros e objetivos para avaliar a qualidade dos produtos.

9.1.3.1 Desse modo, o art. 42 da Lei nº 14.133 de 2021, assegura que as contratações realizadas pelo governo atendam a critérios técnicos confiáveis e estabelecidos. Essa aproximação entre as normas técnicas e as práticas de licitação não só otimiza os recursos públicos, mas também reforça os pilares de justiça e igualdade no acesso às oportunidades de contratação com o Estado, contribuindo para um mercado mais justo e equilibrado.

9.1.3.2 Assim, em conformidade com o dispositivo legal supramencionado, esta contratação poderá exigir a prova de qualidade dos produtos apresentados pelos proponentes, que será admitida, conforme decisão desta SEDUC, por qualquer um dos seguintes meios:

I - Comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro, ou certificadora específica do objeto;

II - Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III – Certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

9.1.4 Quando disponíveis no mercado e não tecnicamente ou economicamente inviável, a CONTRATADA, deverá priorizar utilização de materiais biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de tecnologia e matérias primas sustentáveis.

### 9.2. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

9.2.1 Os itens, deverão ser fornecidos com Garantia pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo, garantindo serviço de suporte e assistência técnica, garantindo a manutenção dos itens de forma efetiva.

9.2.1.1 A CONTRATADA, deverá quando necessário substituir, reparar ou corrigir a suas expensas, itens com defeitos ou avarias que o tornem total ou parcialmente impróprio ao uso a que se destina;

9.2.1.1.1 Os itens que apresentarem imperfeições exclusivamente estéticas, de modo que tal incorreção não inviabilize o desenvolvimento da atividade a que se destina, também deverão ser corrigidos, reparados ou substituídos quando solicitado pela SEDUC-PI.

9.2.1.2 A CONTRATADA, deverá quando necessário efetuar a troca do produto, em caso de deterioração, mesmo em condições ambientais adequadas de estocagem.

9.2.2 O prazo de garantia será contado a partir da data do recebimento definitivo dos bens.

9.2.3 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, em observância aos artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

### 9.3. Requisitos mínimos de segurança

9.3.1 A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância as disposições da lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.3.2 Quando aplicável, a CONTRATADA, deve executar o objeto do presente Termo de Referência em consonância com as Normas Regulamentadoras do Governo Federal.

9.3.3 A CONTRATADA, deve observar rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados quanto ao transporte, instalação e acondicionamento quando aplicável ao caso.

9.3.4 A CONTRATADA, deverá manter-se durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.5 A CONTRATADA, deverá responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.3.6 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam, fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

9.3.7 A CONTRATADA deverá responder por todo os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEDUC-PI.

### 9.4. Requisitos de sustentabilidade

9.4.1 Os materiais fornecidos pela empresa contratada deverão observar os critérios de sustentabilidade, optando por aqueles que possuam reduzido gasto de energia e de recursos naturais, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos e o consumo excessivo de energia.

9.4.2 Priorizar bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, bem como priorizar o emprego de tecnologias e matérias-primas sustentáveis para execução e operação do objeto.

9.4.3 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



9.4.4 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

9.4.5 A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis se for o caso, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, advindos da contratação, removendo e promovendo a devida destinação.

9.4.6 Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade e consciência ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando do fornecimento dos produtos a serem adquiridos, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis

9.4.7 A contratada deverá observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, que poderá ser exigido pela SEDUC-PI;

9.4.8 Nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, dos seguintes produtos:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. O fiscal verificará se os itens estão em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, com especial atenção à **TABELA 02 DO ITEM 4.2**, além dos requisitos de contratação descritos no **item 9** e das disposições previstas no modelo de execução do objeto, conforme o **item 5** deste documento.

10.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

10.4. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no Contrato.

## 11. MATRIZ DE RISCO

11.1. A matriz de risco está apresentada no **Anexo I** deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta a contratação e a execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

11.2. No que tange à responsabilidade esta se dará da seguinte maneira:

11.2.1. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da contratante.

11.2.2. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

11.2.3. A responsabilidade será de ambas as partes quando os riscos relacionados ao objeto do ajuste estiver designada na matriz como de responsabilidade compartilhada.

11.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

11.3. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

11.4. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em, pelo menos, um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

11.5. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

11.6. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

11.7. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

11.8. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

12.1. O **prazo de vigência contratual** é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, na forma prevista art. 105 da Lei 14.133/2021.

12.2. O **prazo de vigência da Ata de Registro de Preços** será de **1 (um) ano**, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores

remanescentes.

12.3. O **prazo de execução do contrato** é aquele estabelecimento para a entrega do objeto pelo fornecedor, na forma indicada no **item 5.3.** deste instrumento.

12.4. **Poderá haver aplicação de garantia de execução** para os contratos da ata de registro de preços, conforme as seguintes condições:

12.4.1 A SEDUC estabelecerá na Parte Específica do contrato a necessidade ou não da garantia contratual e, no caso de sua exigência, o percentual a ser aplicado.

12.4.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.4.3 No prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar **garantia contratual**, correspondente a **até 5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4.3.1 Caso a contratada opte pelo seguro-garantia, o prazo para prestação da garantia será no **mínimo de 1 (um) mês** anteriormente à assinatura do contrato, conforme art. 96, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

12.4.3.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta apresentada no contrato.

12.4.3.3 Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no contrato.

12.4.4 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.4.5 A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

12.4.6 Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas neste Termo e na **Parte Específica, item 8.1** do contrato.

12.5. Poderão participar desta licitação **consórcio de empresas**, nos termos do **item 3.3. do Edital**.

12.6. As condições referentes ao **pagamento, reajuste, obrigações da contratante e da contratada e rescisão** estão especificadas no Termo de Contrato, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

12.7. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a contratada sujeita às **sanções administrativas previstas no Edital**, conforme o padrão estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Piauí.

12.8. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 21.872/2023 e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.9. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina (PI), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta contratação.

#### ANEXO I MATRIZ DE RISCOS

FASE	EVENTO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	ESCORE DE RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA DE C
<b>PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO / ESCOLHA DA CONTRATADA</b>	Procedimento deserto/fracassado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preço de referência defasado em razão de Pesquisa de mercado realizada de forma ineficiente, imprecisa ou inadequada;</li> <li>Divulgação insuficiente do certame;</li> <li>Apresentação de proposta em desconformidade com o estabelecido no instrumento convocatório.</li> <li>Licitantes não atendem às exigências de qualificação técnica, Financeira ou de habilitação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desperdício de recursos públicos;</li> <li>Atraso na satisfação das necessidades da Administração Pública;</li> <li>Frustrar a expectativa da população que seria atendida;</li> </ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar pes mercado en com o dispc 46º do Deci nº 21.872/2 obtenção d referencial i com o usua</li> <li>Divulgar o c Portal Nacíc compras Pú Diário oficiz site da SEDI</li> <li>Planejar o c observando para o obje estratégias e/ou region</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Falha no planejamento da licitação.</li> </ul>						
	Risco da verba necessária para contratação do objeto, não estar disponível nos montantes e condições programados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de processos licitatórios mais urgentes, que tem prioridade no uso dessa verba;</li> <li>Incapacidade técnica de funcionário que leve a uma execução insatisfatória da nota de empenho pela UFIN;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Má utilização de recursos humanos e consequente ônus financeiro a Administração Pública;</li> <li>Atraso na satisfação das necessidades da Administração Pública;</li> </ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo aprc identificar a necessidade Administração</li> <li>Formulação Anual de Cc conformida demandas c</li> <li>Previsão Or e Autorizaç</li> <li>Capacitaçã UFIN;</li> </ul>
	Impugnação do edital	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especificações inadequadas do produto;</li> <li>Documentos irregulares, com cláusulas Restritivas à Competitividade ou Índícios de Direcionamento no Certame Licitatório.</li> <li>Inobservância da aplicação dos princípios constitucionais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paralisação do processo de contratação;</li> <li>Impossibilidade de atender à demanda do setor requisitante;</li> <li>Frustração da meta estipulada no plano de contratações;</li> </ul>	05	05	25	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestar esclarecime licitantes qu</li> <li>Republicar i realizando as modifica necessárias</li> </ul>
<b>CONTRATAÇÃO DA EMPRESA</b>	Não assinatura do contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desistência da Empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desperdício de recursos públicos.</li> <li>Frustrar a expectativa da população que seria atendida;</li> <li>Atraso na satisfação das necessidades da Administração Pública;</li> </ul>	01	10	10	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificaçã para a mani contratação</li> <li>Celeridade para contra</li> <li>Encaminhar setor de Pro Administrat Sancionado eventuais responsabil licitante de:</li> </ul>

	Mandado de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escolha da solução inadequada para o fornecimento do objeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paralisação do processo de contratação;</li> <li>Impossibilidade de atender à demanda do setor requisitante;</li> <li>Não entrega da meta estipulada;</li> </ul>	02	8	16	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reanálise d pela Equipe Contrataçã</li> <li>Revisão dos que irão co procedimer antes de su publicação/</li> <li>Confecção c contratual,</li> </ul>
	Ausência de Designação Formal dos Atores de fiscalização do contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falhas na comunicação entre os diversos órgãos da Administração Pública;</li> <li>Demora na prestação de informação pelo setor requisitante quanto à nomeação dos fiscais e gestores do contrato;</li> <li>Alta demanda de trabalho que ocasione a demora na confecção da portaria de nomeação dos fiscais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Descumprimento da legislação;</li> <li>Impossibilidade do acompanhamento da execução contratual;</li> <li>Prejuízos insanáveis na execução do objeto;</li> </ul>	01	02	02	RB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanha controle do processual.</li> <li>Realizar cor maneira ter através da r atos inicialn praticados r prosseguim em consoné princípio da</li> </ul>
EXECUÇÃO DO OBJETO	Recebimento de itens que não correspondem aos padrões estipulados no Termo de referência e seus anexos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desatenção do Fiscal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no Plano de Execução do Trabalho;</li> <li>Não entrega da meta governamental no prazo adequado;</li> <li>Frustração da necessidade cuja contratação visa atender.</li> </ul>	05	10	50	RA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conferência fiscalização contratado especificaçã no Contratc Fiscal;</li> <li>Conferência fiscalização objeto cont Fiscal X Obj no local de</li> <li>Observar a documento apresentad fornecedor</li> <li>Se utilizar d contratuais a possibildi o objeto;</li> <li>Se utilizar d contratuais o poder de imediata dc</li> </ul>
	Entrega de itens que não correspondem aos padrões estipulados no Termo de referência e seus anexos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inobservância às especificações dos itens objetos da contratação,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no Plano de Execução do Trabalho;</li> </ul>	05	10	50	RA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Observar a documento apresentad fornecedor</li> </ul>

		disponíveis no Termo de Referência.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não entrega da meta governamental no prazo adequado;</li><li>• Frustração da necessidade cuja contratação visa atender.</li></ul>					<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração por erro/fraus no Edital;</li><li>• Aplicar as sanções cabíveis em caso de erro/fraus no Termo de Referência;</li><li>• Se utilizar de recursos contratuais a possibilidade de o objeto;</li><li>• Se utilizar de recursos contratuais o poder de imediata de</li></ul>
Risco da contratada não entregar o objeto / Atraso na entrega do objeto	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de planejamento prévio pelo fornecedor;</li><li>• Uso da má fé do contratado;</li><li>• Falta de planejamento prévio pelo fornecedor.</li><li>• Acontecimentos fortuitos e de força maior.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atraso no Plano de Execução do Trabalho;</li><li>• Frustração da necessidade da Administração Pública;</li><li>• Prejuízo financeiro para administração pública</li></ul>	02	08	16	RM	<ul style="list-style-type: none"><li>• Solicitar atestado de capacidade econômico-financeira para aferir se os recursos concorrem às condições necessárias para execução do objeto, por essa forma da contratação;</li><li>• Elaboração do Edital/Contrato e sanções por descumprimento;</li><li>• Aplicar as sanções cabíveis em caso de erro/fraus no Edital/Contrato</li></ul>	
Risco de não pagamento do montante, pelo contratante, da forma que foi previamente convencionado.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de verba para realização do pagamento do objeto;</li><li>• Ocorrência de situação de caso fortuito ou força maior que faça com a verba previamente reservada para o pagamento seja realocada em situações urgentes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Paralisação no cumprimento do objeto;</li><li>• Possíveis medidas judiciais por parte da contratada</li></ul>	01	08	08	RB	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir a possibilidade de recursos orçamentários assegurem das obrigações decorrentes de bens;</li><li>• Observar o fluxo financeiro e conforme o estabelecido na nota de responsabilidade autorizada pela SEFAZ - assinatura c</li></ul>	
Risco de Interposição de ações judiciais contra o certame licitatório.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Insatisfação de terceiros com o resultado do certame licitatório;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atraso na entrega do objeto;</li><li>• Utilização de recursos humanos</li></ul>	02	08	16	RM	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manter a observância do Decreto 21.872/2021 nº 14.133/2</li></ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insatisfação da contratada como o modo de execução do objeto.</li> <li>• Irregularidades ou ilegalidades no processo de licitação.</li> </ul>	<p>para realização da defesa técnica, que poderiam estar sendo melhor aproveitados em outras atividades;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Suspensão/Anulação do certame licitatório;</li> <li>• Gastos processuais</li> </ul>					<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer de resolução através de advertência penalidade injustificada</li> <li>• Desenvolve procedimento para lidar com conflitos ou (ouvidoria), resolver as forma técnica cordial, evitar transformem judiciais.</li> <li>• Contratada resolver conflitos surgem, evite de modo a evitar judiciais e atrasos.</li> </ul>
Risco de durante a execução do objeto, acontecimentos imprevisíveis <b>majorem</b> o valor dos insumos utilizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crise no setor de matérias primas;</li> <li>• Crises no setor de mão de obra;</li> <li>• Catástrofes;</li> <li>• Casos fortuitos;</li> <li>• Má fé do contratado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custos adicionais a contratada que podem levar a inexecução do objeto</li> </ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratante tratativas de reestabelecimento de equilíbrio nas condições do período</li> <li>• Manter uma transparência entre todas as envolvidas no objeto, com o contratante e autoridade para evitar mal-entendidos e garantir o cumprimento das obrigações</li> </ul>
Risco da Unidade de ensino beneficiada não atender às providências necessárias para a execução da licitação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de espaço físico para alocar os itens do objeto;</li> <li>• Falta de estrutura elétrica para suportar os itens do objeto</li> <li>• Falta de capacitação dos funcionários quando necessário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atraso no início das atividades em razão da falta de estrutura técnica e operacional</li> </ul>	01	02	02	RB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar próximo, por parte do contratante, a implementação das providências adotadas, a execução do</li> </ul>
Risco de durante a execução do objeto, acontecimentos imprevisíveis <b>impeçam</b> a entrega dos bens, como a interrupção, obstrução ou corte de estradas e pontes em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- decretação de lockdown e interrupção dos trabalhos;</li> <li>- alagamentos com decretação de estado de emergência e situação de calamidade pública;</li> <li>- estado de sítio decretados pelo Estado ou União.</li> </ul>	Eventos da natureza tais como pandemias, desastres naturais, guerras, ou greve dos caminhoneiros que obstrua as estradas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interrupção da execução do serviço ou fornecimento do produto;</li> <li>• Atraso na fruição do bem ou serviço;</li> <li>• Impossibilidade ou atraso de formação dos alunos.</li> </ul>	02	10	20	RM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suspensão do contrato penalização pelo tempo evento;</li> </ul>

	- greve dos caminhoneiros.							
	Necessidade de fornecer equipamento, material ou máquina ofertada pela contratada na licitação com alteração de marca ou especificação.	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante no período de fornecimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Interrupção da execução do serviço ou fornecimento do produto;</li> <li>Atraso na fruição do bem ou serviço;</li> <li>Impossibilidade ou atraso de formação dos alunos.</li> </ul>	02	10	20	RM	Contratada deverá produto ou nova n especificações igu: superiores para ap fiscalização sem ai custos.
	Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Interrupção da execução do serviço ou fornecimento do produto;</li> <li>Atraso na fruição do bem ou serviço;</li> <li>Impossibilidade ou atraso de formação dos alunos.</li> </ul>	02	10	20	RM	Claúsulas contratu disposições sobre

**Legenda dos níveis de risco:**

verde	Nível de risco baixo
amarelo	Nível de risco médio
laranja	Nível de risco alto
vermelho	Nível de risco extremo

Elaborado por:

**Leovídio Bezerra Lima Neto**

Gerente de Planejamento

Diretoria de Licitação

De Acordo:

**Adriana de Moura Silva**

Diretora da Unidade de Educação Técnica e Profissional - UETEP

**Amilcar Ximenes Albuquerque Júnior**

Diretor da Unidade de Educação de Jovens e Adultos - UEJA

**APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**

Nos termos do art. 18 do Decreto estadual nº 21.872, de 07 de março de 2023 e art. 46, §6º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **APROVO o presente Termo de Referência** cujo objeto consiste na **aquisição de equipamentos de GPS para 44 (quarenta e quatro) Laboratórios, sendo 11 (onze) de Topografia, 04 (quatro) de Mineração e 29 (vinte e nove) de Controle Ambiental, afim de contemplar 44 (quarenta e quatro) Escolas da rede de Educação Técnica e profissionalizante do Piauí**, conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas neste documento, a fim de garantir o pleno desempenho das atividades administrativas e finalísticas realizadas pela Unidade de Educação Técnica e Profissional - UETEP e Unidade de Educação de Jovens e Adultos - UEJA, da Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

**Francisco Washington Bandeira Santos Filho**

Secretário de Estado da Educação

Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC/PI



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO** - Matr.0171745-6, **Gerente**, em 08/10/2024, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA DE MOURA SILVA** - Matr.0338532-9, **Diretora de Ensino**, em 09/10/2024, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO** - Matr.1920716, **Secretário de Estado da Educação**, em 09/10/2024, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMÍLCAR XIMENES DE ALBUQUERQUE JÚNIOR** - Matr., **Diretor de Unidade**, em 10/10/2024, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **014865114** e o código CRC **DC1F8FD3**.

Processo SEI: 00011.051788/2024-79

Documento SEI: 014865114

Criado por [doranielopes@seduc.pi.gov.br](mailto:doranielopes@seduc.pi.gov.br), versão 14 por [doranielopes@seduc.pi.gov.br](mailto:doranielopes@seduc.pi.gov.br) em 08/10/2024 13:29:16.